



## **VIVÊNCIAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: Relato de Experiência na ‘APAE Escola de Muzambinho-MG’**

**Emanuel Batista Silva<sup>1</sup>; Sueli Machado Pereira de Oliveira<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este relato de experiência descreve práticas educativas realizadas durante estágio supervisionado na APAE Escola de Muzambinho (2022-2025). Com abordagem qualitativa, fundamenta-se em relato de experiência e revisão bibliográfica. O autor atuou no Centro Dia, na Estimulação Precoce, na Educação Infantil e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolvendo atividades pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla. As metodologias utilizadas foram lúdicas, sensoriais e focadas na autonomia e inclusão social. A vivência no estágio supervisionado evidenciou desafios como falta de recursos, necessidade de formação docente contínua e preconceitos sociais. Entretanto, destaca-se o esforço da escola na promoção da cidadania e equidade e o seu Projeto Político Pedagógico reforça o compromisso com a educação inclusiva. A experiência na APAE Escola de Muzambinho contribuiu para a formação docente, na qual aprende-se a valorizar a diversidade e o potencial de cada aluno.

### **Palavras-chave:**

Educação inclusiva; APAE; estágio supervisionado; deficiência intelectual; práticas pedagógicas.

### **1. INTRODUÇÃO**

A ONU instituiu, em 1991, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência como forma de promover a igualdade de oportunidades e alertar sobre as dificuldades enfrentadas por esse grupo de pessoas. No Brasil, segundo o IBGE (2023), há cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, que ainda encontram barreiras no acesso a direitos fundamentais, como transporte, saúde, trabalho e, especialmente, educação. Embora as matrículas em escolas inclusivas tenham crescido (INEP, 2024), o índice de analfabetismo entre pessoas com deficiência ainda é cinco vezes maior do que na população sem deficiência (Diário PCD, 2024).

Essas dificuldades revelam não só a precariedade de políticas públicas, mas também a permanência de barreiras físicas e atitudinais. A inclusão escolar, apesar de desafiadora, é possível e gratificante, desde que envolva a participação de todos os agentes educacionais. Como aponta Blanco (2003), a trajetória histórica das pessoas com deficiência passou por fases de exclusão extrema, sendo necessário superar esse passado com práticas pedagógicas mais humanizadas e inclusivas.

<sup>1</sup> Discente do curso de Ciências Biológicas-Licenciatura. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: emanuelbatista715@gmail.com

<sup>2</sup> Orientadora, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: sueli.machado@muz.if sulde minas.edu.br

A Constituição de 1988 (CF/1988) garante o direito à educação para todos, exigindo reformulações no sistema educacional para promover uma verdadeira inclusão. Isso demanda a adaptação das estruturas físicas e metodológicas. Os professores devem ser preparados para utilizar recursos acessíveis, adaptar materiais e desenvolver práticas respeitosas às diferentes formas de aprendizagem. Além de estrutura e formação, é fundamental o comprometimento da escola e de toda a sociedade na valorização da diversidade como princípio educativo. A inclusão escolar vai além da presença física do aluno com deficiência, ela se materializa no reconhecimento da diversidade como elemento enriquecedor (Bezerra, 2020).

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo utilizou uma abordagem qualitativa, baseada na vivência do autor durante dois anos de estágio na APAE Escola de Muzambinho-MG, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Essa metodologia permitiu compreender de forma aprofundada as práticas e estratégias educacionais voltadas à inclusão de alunos com deficiência. A investigação foi complementada por uma breve revisão bibliográfica, realizada em fontes acadêmicas como Google Acadêmico, *SciELO*, livros e periódicos. A coleta de dados ocorreu de maneira direta e participativa, com observação cotidiana, registros em diários de campo e conversas informais com professores e coordenadores, possibilitando identificar desafios, potencialidades e estratégias. Durante o estágio, participei ativamente do planejamento e execução de atividades pedagógicas adaptadas, empregando metodologias como o ensino lúdico e sensorial, a abordagem Montessori e práticas de vida diária, de modo a atender às necessidades específicas dos alunos. A análise foi conduzida por triangulação entre anotações de campo, literatura revisada e relatos de profissionais da instituição, permitindo identificar padrões recorrentes e estratégias eficazes. O processo seguiu princípios éticos, assegurando sigilo e privacidade e buscou não apenas descrever as práticas, mas também refletir criticamente sobre como aprimorar a inclusão escolar e promover o desenvolvimento integral dos educandos.

## **4. RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O relato de experiência descreve a atuação do autor na APAE Escola de Muzambinho-MG entre 2022 e 2025, passando por diferentes setores e idades, como o Centro Dia, a Estimulação Precoce, a Educação Infantil e a EJA-Anos iniciais do Ensino Fundamental. No Centro Dia, voltado a jovens e adultos concluintes da EJA, desenvolveu-se um trabalho focado na coordenação motora, autonomia e atividades da vida diária (AVD) e atividades da vida prática (AVP), como crochê, lavagem de louça, organização de ambientes e confecção de lembrancinhas, alinhando-se à perspectiva da educação funcional, que prepara o aluno para a vida prática (Vygotsky, 1991). Na

Estimulação Precoce (0 a 3 anos e 11 meses), foram realizadas atividades educativas voltadas ao desenvolvimento integral da criança, visando dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sociais. Já na EJA, priorizou-se o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo, com foco na inclusão social e laboral, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996 (Brasil, 1996).

Na Educação Infantil (3 a 6 anos), o trabalho buscou estimular a coordenação motora, a oralidade e a alfabetização inicial por meio de atividades lúdicas, escritas e interativas, valorizando a interação social como fator essencial para o desenvolvimento (Piaget, 1973). O estágio também incluiu ações comunitárias, como a caminhada no Dia Mundial de Conscientização do Autismo, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para o respeito e a inclusão, reforçando a noção de que essa responsabilidade é coletiva (Glat; Pletsch, 2010). Ao longo da experiência, o autor vivenciou desafios como barreiras estruturais, preconceito e necessidade de formação docente contínua, também evidenciado em Sasaki (2006), mas também constatou conquistas significativas no desenvolvimento dos alunos. A vivência confirmou o papel do professor como mediador e agente de transformação social, e que a inclusão é possível quando há compromisso, empatia e metodologias adequadas conforme pontua Mantoan (2006).

## 5. CONCLUSÃO

A experiência de estágio vivenciada na APAE Escola de Muzambinho-MG entre 2022 e 2025 foi profundamente transformadora, permitindo uma imersão nas práticas da educação especial e reforçando a importância da inclusão como direito e não como concessão. Ao atuar em salas como Educação Infantil, EJA, Centro Dia e Estimulação Precoce, observei que práticas pedagógicas como oficinas, ensino lúdico e atividades sensoriais contribuem efetivamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos, conforme os pressupostos de Vygotsky (1991) e Piaget (1973). A vivência prática demonstrou que a inclusão demanda adaptações curriculares, sensibilidade docente e ações colaborativas, como propõe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), além do comprometimento com os princípios da Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) e da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Apesar de avanços legais, desafios persistem, como a escassez de recursos, a falta de formação continuada e o preconceito. Contudo, atividades de conscientização, como a caminhada pelo Dia Mundial do Autismo, mostraram o papel da escola na transformação cultural. Assim, a prática revelou que uma educação verdadeiramente inclusiva exige mudança estrutural, empatia e compromisso coletivo (Mantoan, 2006; Glat; Pletsch, 2010; Sasaki, 2006), sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao IFSULDEMINAS pela oportunidade de cursar o ensino superior e aos professores que me inspiraram. Um agradecimento especial à minha orientadora, pelo apoio e confiança ao longo de todo o processo.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. F. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 673–688, out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 22 jun. 2025

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 22 jun. 2025

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 jun. 2025

DALVI. Aline Pin et al. Lev Seminovich Vygotsky: a aprendizagem inclusiva no desenvolvimento cognitivo da criança com necessidades especiais. In: **Anais do VII Encontro Nacional das Licenciaturas**. Brasil, 2013. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2021/TRABALHO\\_EV163\\_MD4\\_SA104\\_I\\_D659\\_25102021144314.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2021/TRABALHO_EV163_MD4_SA104_I_D659_25102021144314.pdf). Acesso em: 1 jun. 2025.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? Rio de Janeiro: WVA, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: INEP, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 3 abr. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha. Jun. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 1 jun. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.